

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE,
REALIZADA NO DIA CINCO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE**

-----Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do **Presidente da Mesa** – Laurentino Dias, o **Primeiro Secretário** – Manuel Salgado Santos, verificando-se a ausência da **Segunda Secretária**. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, pelo **Presidente da Mesa** foram anunciados os seguintes *pedidos de suspensão*: pelo período de trinta dias - Sílvia Manuela Fernandes Soares, Francisco Manuel Figueira de Lemos e Isabel Maria Oliveira Ferreira, eleitos pelo PS; Joaquim Magalhães, Alexandre Daniel Freitas Peixoto, Alexandra Carina Fernandes Vaz Nogueira, eleitos pelos IPF; Armando Cunha Pereira Mota, Susana de Fátima Amorim Cortez de Almeida e António Augusto Antunes Novais, eleitos pelo PSD. Pelo período de cento e oitenta dias, Simão Cunha Ribeiro de Freitas, eleito pelos IPF.-----

-----Pedi a substituição pelo respetivo Tesoureiro, José Mário Freitas, o Presidente da União de Freguesias de Ardegão, Arnozela e Seidões, Miguel Andrade Lemos e pelo Secretário, Duarte Nuno Oliveira Gonçalves, o Presidente da Junta de Freguesia de Silvaes São Martinho, Carlos Alberto F. Alves Carneiro.-----

-----Colocados a votação, foram aprovados, por unanimidade.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** convidou Manuela Maria Nogueira Vale Jordão para exercer as funções de Segunda Secretária.-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e sete Membros.-----

-----Posteriormente, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem. -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia a existência de cinco propostas: - um voto de louvor, subscrito pelo Presidente da

União de Freguesias de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído, à Equipa “Racing Art” composta por alunos do Agrupamento Escolas de Fafe e acompanhada pelo professor Miguel Vieira, no âmbito do projeto “F1 in schools”, tendo-se procedido à leitura da mesma.-----

Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por unanimidade**.-----

- De seguida, foi apresentada uma moção apresentada pela CDU sobre o funcionamento da Caixa Geral de Depósitos desde o fecho da agência na Rua José Cardoso Vieira de Castro, na freguesia de Fafe, tendo-se procedido, de imediato, à leitura da mesma-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por maioria, com um voto contra e oito abstenções**.-----

- Posteriormente, passou-se à apresentação de um Voto de pesar, subscrito pelo PSD, pelo falecimento do cidadão fafense Álvaro Moreira Mendes, tendo-se procedido, de imediato, à leitura do mesmo.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade**.-----

- Seguidamente, foi apresentado o voto de pesar, subscrito pelo PSD, pelo falecimento de José Cunha, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por unanimidade**.-----

- Por fim, foi apresentada a Moção subscrita pela CDU, sobre a proposta de Orçamento de Estado para o ano de 2015 e as transferências para as autarquias, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovado, por maioria, com oito votos contra e uma abstenção**.-----

-----De seguida, passou-se ao **período de intervenções**. Tomou a palavra **José Augusto Pereira Rodrigues**, eleito pelo PSD, para tecer comentários sobre as obras do Quartel da GNR, e questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre as razões do atraso do início das obras e sobre sobre o concurso dessa obra. Solicitou, também, esclarecimentos sobre uma proposta colocada pelos IPF, e aprovada em reunião de Câmara, por unanimidade, sobre a extensão do apoio social ao pré-escolar no privado, verificando-se depois, no jornal, foi que essa proposta não iria ter viabilidade de execução. Felicitou a Câmara pelo arranjo na Praça 25 de Abril, porque fazia lembrar a o

período de Natal. Felicitou, ainda, o Senhor Vereador Eng^o José Baptista pelo excelente trabalho que permitiu a requalificação da Feira Municipal e do Cemitério.-----

-----De seguida, usou da palavra **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para perguntar se já havia resposta ao pedido que a Assembleia Municipal tinha efetuado ao Ministério da Saúde sobre o hospital .-----

-----Terminada a sua intervenção, foi dada a palavra a **Raquel Sousa**, eleita pelo PS, que salientou a importância da saúde na vida de cada, mencionando que era a base do estado social, fundamental para o desenvolvimento humano e social e, por esse motivo, desempenhava um papel crucial para a coesão social. Afirmou que o sistema nacional de saúde representava um combate à exclusão e desigualdades sociais e à pobreza, mencionando que o atual governo não compreendia a importância desse, uma vez que fez tudo para a rutura e destruição na sua qualidade, ao longo dos últimos três anos, tecendo comentários sobre o assunto.-----

Afirmou que era do conhecimento de todos, que o Partido Socialista não defendia essa solução do hospital para a população fafense mas sim dois polos hospitalares a funcionar cooperativamente entre si. Afirmou que esse seria o melhor modelo que poderia responder face às necessidades das populações do concelho e que preservava, dessa forma, o sistema nacional de saúde, afirmando que, lamentavelmente, face aos cortes praticados nos últimos anos, na área da saúde, pelo atual governo, levaram a uma degradação do cuidados de saúde prestados no hospital de Fafe. Lamentou, ainda, que a Câmara de Fafe e a população fafense não tenham sido informados das condições dessa transição para a Misericórdia, levando a crer que estavam a ser cobaias do novo sistema e, pouco a pouco, a privatizar a saúde.-----

Questionou o Senhor Presidente da Câmara, se depois do secretismo em volta do processo de transferência com avanços e recuos, já havia alguma informação adicional sobre esse assunto, sabendo que o Ministério da Saúde e a Misericórdia de Fafe já tinham assinado um acordo e que em Janeiro, o hospital ficaria a cargo da Misericórdia. Perguntou, ainda, sobre que serviços iriam entrar em serviço inicialmente, se as urgências já estariam asseguradas e o que podia a população fafense esperar dessa transferência, afirmando que existiam muitas dúvidas e poucas certezas.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que começou por dizer que, finalmente, as obras do quartel da GNR iam iniciar, sendo que o Executivo, todo ele, conseguiu no prazo de um ano, desbloquear esse assunto que se arrastava há mais de quinze anos. Salientou que todos contribuíram para esse sucesso e que esse era um bom exemplo de como o Executivo funcionava num todo de forma coordenada para conseguir atingir os seus objetivos, que no caso em concreto, era o Quartel da GNR, reconhecendo o papel importante que teve o Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal do Ave, Manuel Batista e o Senhor Ministro, Miguel Macedo.-----

-----Relativamente à extensão dos benefícios sociais de apoio à família e às crianças que estavam nas IPSS, afirmou que, depois de uma análise, entendeu-se ser justo essa decisão que, aliás, foi votada por unanimidade.-----

Agradeceu os elogios relativamente à iluminação de Natal.-----

- Quanto ao hospital, deixou um desafio e uma alerta. O desafio seria no sentido da Santa Casa da Misericórdia não deixar cair a ideia de se construir um hospital novo, afirmando que, se na década de noventa se justificava a construção de um novo hospital e se depois da criação do Centro Hospitalar e dos dois pólos do hospital, essa construção continuava a fazer sentido, era seu entendimento que não se devia perder esse sonho, essa vontade, essa ideia. Afirmou que o hospital não estava bem localizado, pois deveria estar junto das vias de acesso mais facilitadas. Continuou dizendo que a alerta resultava da sessão de esclarecimentos que houve no Cine-Teatro, mencionando que tiveram a experiência de um modelo de centro hospitalar que não foi excecionalmente favorável, porque um hospital grande absorveu um hospital pequeno. Afirmou que a Santa Casa da Misericórdia estava a conduzir o processo numa lógica empresarial em que o segredo era a alma do negócio, tratando do processo com o Governo sem dar cavaco à sociedade civil, às forças políticas, a ninguém. No entanto, uma das virtualidades e argumentos que o Senhor Secretário de Estado utilizou para salientar as vantagens de se ter uma Santa Casa da Misericórdia a gerir um hospital num concelho como o de Fafe era a proximidade, era o facto de serem pessoas da terra a gerir os interesses do mesmo. Nessa sessão de esclarecimentos não estava ninguém da Santa Casa da Misericórdia e de Fafe só estava o Doutor Antunes que

estava numa posição de porta voz da várias perguntas que se lá colocaram. Neste sentido, afirmou que o seu alerta ia no sentido em que numa economia social, aqui na região da Comunidade Intermunicipal do Ave, existia um centro hospitalar com dois polos, duas unidades da economia social da saúde (Riba D’Ave e Póvoa de Lanhoso) e uma unidade privada em Guimarães, e que agora existia só o Hospital de Guimarães, na economia social da Saúde passaram a ser três, incluindo Fafe, e o mercado continuava o mesmo, o que significava que uma unidade com a diferenciação que já tinha o Hospital de Riba D’Ave, se era verdade o que se dizia, que estava um investimento de três milhões de euros a terminar, pelo que via com alguma preocupação a Santa Casa da Misericórdia entregar a direção do processo do novo hospital ao diretor clínico de Riba D’Ave, não estando a ver um investidor a fazer um investimento desta ordem em Riba d’Ave estar muito interessado em que Fafe, explicando.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se imediatamente para o **Período da Ordem do Dia**. Passou-se de seguida ao **ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal**.-----

-----Não havendo intervenções, passou-se imediatamente ao **ponto dois ponto dois ponto dois – Discussão e votação da cedência do Edifício da Escola E.B. 1 de Cabo e Jardim de Infância à freguesia de Armil**.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente de Junta de Freguesia de Armil** que começou por dizer que foi com muita satisfação que a população de Armil tinha recebido a notícia da possível passagem do edifício da escola e jardim de infância para tutela da freguesia, lamentando, o entanto o encerramento da escola no passado trinta e um de Julho. Terminou agradecendo, em nome da Freguesia de Armil, ao Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Vereador Pompeu Martins, bem como o Dr. Pedro e Dr. Rogério do Agrupamento, salientando o trabalho meritório na resolução dessa questão tão sensível.-----

-----Solicitou a palavra, **Alberto Alves**, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes Por Fafe” (IPF), que começou por dizer que naturalmente comungava dos princípios e dos critérios que, desde há muitos anos, regiam a cedência de instalações, edifícios do primeiro ciclo e jardins de

infâncias às juntas de freguesias e com os quais concordava. Solicitou esclarecimentos sobre o facto desses princípios e critérios se aplicarem ou não à Junta de Freguesia de Fafe, uma vez que já se encontrava desocupada uma escola, e estava iminente a desocupação do jardim de infância de Pardelhas e de Santo Ovídio.-----

-----Seguidamente foi dada a palavra a **Alexandre Leite**, eleito pela CDU que referiu que o pedido apresentado pela Junta de Freguesia era um pouco vago e deveria explicar melhor o destino do edifício.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que mencionou que seria mantido o princípio de equidade que tinha sido a posição da autarquia. -

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Armil** para tecer comentários sobre a intervenção de Alexandre Leite.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado a votação, sendo ***aprovado, por maioria, com uma abstenção.***-----

-----Seguidamente, passou-se para o **ponto dois ponto três - Discussão e Votação da Proposta da Câmara relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015 e demais propostas aí incluídas.**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que apresentou o documento salientando que era o primeiro orçamento do executivo, uma vez que, como foi dito, o anterior tinha sido muito condicionado. Explicou que o orçamento tinha sido elaborado no contexto atual, que continuava a ser um contexto de dificuldades económicas, um contexto em que a autonomia do poder local, por força ou a pretexto da crise, estava extraordinariamente comprometido e limitado, existindo regras muito rigorosas e apertadas para cumprir. Mencionou que era um orçamento que sofria, também, a penalização do Fundo de Apoio Municipal, para o qual, mesmo tendo as contas equilibradas, todos os municípios tinham de contribuir.-----

- Afirmou que era um orçamento muito participado que resultou não só do diálogo interno das forças que constituíam o Executivo mas de uma forma mais alargada de todas as forças políticas que participavam na Câmara e presentes na Assembleia Municipal e, também, de uma auscultação de freguesia a freguesia tentando perceber quais eram, no local, as dificuldades, as ambições e os projetos que cada uma tinha.-----

- Salientou que, como não poderia deixar de ser, o Executivo colocava as pessoas em primeiro lugar, portanto era um orçamento com uma forte preocupação social, um orçamento que colocava as questões sociais através dos programas sociais que já existiam e os que agora seriam criados, que iam continuar a preocupar-se com as questões da requalificação das habitações, com o Bairro da Cumieira, para o qual estava a ser ultimado o projeto para apresentar mal abram os quadros comunitários de apoio.-----
- Afirmou que era um orçamento de rigor, equilibrado, em que a receita corrente ultrapassava em muito a despesa corrente. Mencionou que era um orçamento com uma aposta forte na questão do desenvolvimento, na questão do apoio às empresas, na capacidade de atrair investimento, não só pela criação e desenvolvimento das condições necessárias para se ter no Município, o embrião, que se estava a desenvolver, de apoio aos Empresários, através de apoio direto ao financiamento dos mesmos, mas também da agilização de todos os procedimentos a nível da autarquia e pelo desenvolvimento, instalação e criação das duas novas zonas industriais.-----
- Explicou que no presente orçamento, também, sobressaía a continuação do desenvolvimento do apoio à cultura, ao turismo, do investimento na marca Fafe, uma linha que estava a ser desenvolvida e era para se manter.-----
- Mencionou que existia uma forte aposta nas freguesias, que tinha uma forte componente na área da política fiscal, que devolvia 2% aos fafenses do IRS e que mantinha o IMI e derrama na taxa mínima.-----
- Em termos de obras, salientou o início da construção da estrada do Saibro, na freguesia de Regadas, a reconversão do mercado bar em mercado municipal, a continuação das obras e investimento no Parque da Cidade.-----
- Continuou dizendo que iam recuperar os parques infantis do Município, requalificar a praça envolvente da Igreja Matriz, restaurar o Salão Nobre do Município, melhorar, também a rede viária do Município. Terminou lembrando as condições em que o orçamento foi elaborado e salientou o esforço feito para recolher a participação de todos para chegar a um consenso e nessa linha, lançar no ano seguinte, o orçamento participativo aberto à população e que em dois mil e quinze iam ser lançados os procedimentos para que, em dois mil e dezasseis, as pessoas se envolvessem diretamente e dissessem em que queriam apostar.-----

-----Solicitou a palavra **José Manuel Gonçalves Domingues**, eleito pelo IPF, que começou por tecer vários comentários políticos, e dizer que eram a única oposição, mas como o Senhor Presidente já tinha dado conta, não eram uma oposição fechada, uma oposição que estava sempre no contra, aliás como tinha ficado claro na votação do Plano e Orçamento na Câmara.-----

- Salientou que, no ano anterior, estiveram contra o Plano e Orçamento, podendo enumerar várias razões, mas essencialmente pelo facto de não terem sido consultados todos os membros da Câmara. Constatou uma mudança de atitude, que louvou, sabia que tinha havido dificuldades na elaboração do mesmo, grandes constrangimentos legais, e que o dinheiro transferido para os Municípios era cada vez menos, no entanto quando eram vários chamados a pensar, quando era permitido aos outros dar a sua participação, provavelmente conseguir-se-ia um documento melhor, um orçamento melhor. Não era o orçamento que fariam, certamente que fariam diferente, mas o simples facto de lhes ter sido dada a possibilidade de garantir, através da proposta do vereadores dos Independentes por Fafe, que o IRS se mantivesse na taxa anterior significando que os Fafenses ficariam com mais de meio milhão. Afirmou que lhes foram dadas garantias, como a execução do corredor verde e a execução da travessia na Circular. Mencionou que esta mudança de atitude de todos poderem participar naquilo que era de todos era importante e condicionava positivamente a posição dos IPF relativamente a este documento. Afirmou que fariam diferente, teriam dado outros sinais, sabendo que as despesas correntes da Câmara tinham um peso muito grande no orçamento e talvez se pudesse fazer de forma a pelo menos não aumentar as despesas correntes. Terminou dizendo que a mudança de atitude da Câmara, se iria traduzir numa mudança de postura na votação deste documento.-----

----- Seguidamente, usou da palavra, **Alexandre Leite**, eleito pela CDU que começou por afirmar que, ao contrário do que disse o Senhor Presidente da Câmara, não foram ouvidas todas as forças políticas.-----

Sobre o orçamento disse que tinha bastante de marketing e quando se dizia que o documento tinha um forte carácter social, apenas um por cento do orçamento correspondia a programas sociais.-----

Alertou para a inexistência de verba para retirar o amianto das escolas. Salientou que o saneamento também tinha sido esquecido no orçamento

apresentado. Terminou dizendo que, por tudo aquilo que já tinha referido e por não ter sido cumprida a lei ao não terem sido ouvidos, não poderiam aprovar o orçamento.-----

-----Seguidamente foi dada a palavra a **José Augusto Pereira Rodrigues**, eleito pelo PSD, para colocar umas questões práticas ao Senhor Presidente, nomeadamente, sobre o valor previsto para a requalificação da loja do turismo, mencionando que entendia ser um valor desajustado em relação ao valor previsto para as obras do Parque da Cidade. Continuou dizendo que, como o Senhor Presidente disse ter feito um périplo pelas freguesias, devia ter ouvido os Presidentes de Juntas, relativamente à Freguesia de Monte e Queimadela, uma vez que não foi contemplada a requalificação da estrada de Queimadela, quando estava prevista a requalificação da estrada municipal 610-1 que tinha sido uma obra e luta do Presidente de Junta Álvaro Teixeira, a requalificação do caminho municipal 1645, a requalificação de uma avenida, caminho municipal 615-2. Teceu ainda alguns comentários políticos.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Fernando Alves**, eleito pelo IPF, para solicitar alguns esclarecimentos sobre o valor das transferências para as juntas de freguesias. Continuou dizendo que na preparação do orçamento deviam ser evitadas rubricas com a designação de diversos ou com a designação de outros, principalmente as que apresentavam valores elevados, elencando algumas e solicitando esclarecimentos sobre as mesmas.-----

Afirmou que, ao contrário do habitual, não foi fornecido o mapa discriminativo das transferências para as Juntas. Continuou afirmando que tinha sido com satisfação que, depois de muita insistência, viu no orçamento apresentado ser incluído o orçamento da Naturfafe, mencionando que essas contas, ao contrário da posição defendida pelos serviços, deveriam ter sido apresentadas à Assembleia há muitos anos, referindo, ainda, que, pela leitura do orçamento e como já se sabia, se concluía que a Naturfafe estava totalmente dependente do município. Afirmou, ainda, desconhecer que, para além das transferências correntes do município que ascendiam os quinhentos mil euros, a Naturfafe também ficava com a receita da utilização do pavilhão multiusos, as receitas do Parque de Campismo, do Teatro Cinema e, ainda, com a renda do bar do pavilhão multiusos e do bar do levante.-----

Por fim, terminou mencionando que pela leitura do plano plurianual de investimentos, verificava que se perspectivava gastar seiscentos mil euros na requalificação da piscina municipal, o que levava a entender que a ideia de construir uma piscina nova no parque da cidade tinha desaparecido, solicitando esclarecimentos.-----

-----De seguida, foi dada a palavra **José Augusto Rodrigues de Sousa**, eleito pelo PSD, que começou por dizer que o orçamento apresentado era um importante instrumento que permitia antever as orientações, programas, projetos e ações que o executivo municipal pretendia levar a cabo no decorrer do ano de dois mil e quinze. Mencionou que tinha que se reconhecer que se estava perante um orçamento mais modesto do que muito dos outros que o precederam, mormente aquele que se encontrava em execução. Afirmou tratar-se de um orçamento adequado ao momento difícil, atenta a gravidade da situação económica e financeira que o país atravessava, fruto do desgoverno do partido socialista, tecendo vários comentários políticos.-----

Afirmou que apesar da existência das referidas contingências, o orçamento se identificava na sua plenitude com as linhas programáticas constantes do programa eleitoral que o PSD apresentou aos Fafenses. Mencionou que era um instrumento imbuído de uma enorme sensibilidade social, centrado nas questões sociais, tais como a saúde, a habitação, as bolsas de estudo e programas sociais, áreas para o qual estavam afetas verbas que rondavam um quarto do valor total do orçamento, referindo, contudo, que o orçamento não menosprezava outras áreas que de igual modo desempenhavam um papel relevante como uma política fiscal mais atrativa na qual se inseria a devolução de dois por cento do IRS aos Fafenses e a fixação do IMI em 0,3% face ao máximo de 0,5 %, permitido, assim como a canalização da receita da derrama no montante de quatrocentos mil euros para a criação de duas zonas industriais, Arões/Golães e Regadas.-----

Mencionou, ainda, que não podia ser escamoteada a importância que assumiam as outras obras enunciadas no orçamento, como por exemplo a intervenção no Parque da Cidade e a requalificação do caminho do Saibro em Regadas, bem como a requalificação ou pavimentação do caminho municipal 1649 até ao Lugar de Bouças, freguesia de Travassós, obras essas que os autarcas do PSD desde sempre reivindicaram pela sua concretização.

Continuou afirmando que, por uma questão de elementar justiça, tinha que se enaltecer a estratégia do executivo municipal pelo valor a transferir para as Juntas de Freguesias, atendendo a que exerciam, por força das suas competências e atribuições, uma função mais próxima das populações e por essa razão dispunham de mais meios para diagnosticar situações que requeriam intervenção.-----

Prosseguiu mencionando que se estava perante um orçamento delineado pelo PS e pelo PSD onde as preocupações e aspirações do PSD estavam minimamente acauteladas nomeadamente a solidariedade para com os mais desfavorecidos, a valorização da pessoa humana, a consideração dos valores culturais, o apoio ao empresários, o combate ao desemprego e a reposição às Juntas de Freguesias das verbas que a estas lhe cabiam por direito próprio para desenvolver as tarefas de que estão incumbidas.-----

Afirmou que o PSD via, finalmente, concretizado um dos objetivos que desde sempre defendeu que era nem mais nem menos a canalização da receita da derrama em benefício dos empresários e de todos os Fafenses. Mencionou que era um orçamento que se preocupava com a qualidade de vida da população num momento particularmente difícil, o apoio às famílias era bem patente, já que algumas das propostas se destinavam a colmatar parte do sufoco provocado pela atual situação económica e financeira que o país atravessava, por isso acreditava que esse instrumento ia permitir gerar dinâmicas que conduziriam ao desenvolvimento económico do concelho e à criação de mais qualidade de vida aos Fafenses, não podendo deixar de se levar a intenção do executivo na implementação do orçamento participativo com efeitos a partir do próximo orçamento, podendo desse modo os Fafenses ter uma participação mais ativa na sua elaboração, sendo-lhes concedida a possibilidade de participar na adoção de políticas públicas que correspondiam às suas verdadeiras necessidades.-----

Terminou referindo que o PSD iria estar atento e vigilante e que, pelas razões aduzidas, o PSD ia votar a favor deste orçamento.-----

-----De seguida, interveio **Rui Sandro Novais da Silva**, eleito pelo PSD, que começou por afirmar quer que, no âmbito do que já tinha sido apresentado no Conselho Municipal da Juventude, bem como as propostas apresentadas pela Juventude Social Democrática, no âmbito da criação de bolsas, da festa

da juventude para a qual deixou uma nota de reflexão e de análise que foi feita relativamente ao ano de dois mil e catorze, existiam algumas lacunas que teriam que ser combatidas. Afirmou que deveria ser repensado o local da realização da mesma e, também, a data, aproveitando uma proposta que já tinha sido da JSD de englobar esse evento nas festas do concelho. Mencionou que não havia nenhuma rubrica no orçamento para a casa da juventude, perguntando se estava a ser pensada pelo Executivo e quando seria composta uma equipa para avançar com o projeto tendo em conta que o mesmo poderia vir a dar mais oportunidades aos jovens, não só no âmbito do associativismo, mas também no âmbito de criação de empresas por forma a combater a migração de jovens do concelho de Fafe para outros concelhos.-----

Terminou, referindo que no âmbito do plano municipal da juventude, havia a necessidade de terem planos, concretamente, que era necessário perceber o que os jovens precisavam, o que podia ser desenvolvido, uma vez que os jovens de hoje seriam aqueles que amanhã estariam à frente dos destinos do concelho, pelo que solicitou esclarecimento sobre esses pontos e sobre a sua inclusão no orçamento do ano seguinte.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Carlos Rogério Oliveira Rodrigues**, eleito pelo PS, que iniciou a sua intervenção afirmando que após a análise da proposta do executivo municipal relativa as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e quinze, o grupo parlamentar do PS entendia dar o devido realço a vários aspetos.-----

Afirmou que, apesar dos constrangimentos económicos e das dificuldades financeiras, mantinha a taxa de IMI no seu mínimo legal, que só era possível devido à boa saúde financeira do Município fruto de uma boa gestão no passado e da continuação da mesma ao longo do presente mandato; mantinha a devolução de 2% do IRS aos trabalhadores fafenses, redução essa introduzida pelo PS há alguns anos, dando um sinal claro de apoio às famílias. Continuou mencionando que na mesma linha de incentivos económicos e apoio social, se mantinha a taxa da derrama sem qualquer agravamento e referiu que também se introduziu a redução para metade da taxa para pequenas empresas com faturação inferior 150 mil euros e que a receita, proveniente dessas derramas, seria canalizada para as medidas de incentivo e apoio às empresas, nomeadamente para a criação de emprego e de duas novas zonas industriais.

Realçou o apoio equilibrado e equitativo às freguesias; destacou a disponibilização de 4 milhões de euros para as funções sociais do Município que iriam permitir uma intervenção nessa área com maior justiça social, transparência e sem favorecimentos.-----

Realçou a componente de transparência e afirmou que no ano seguinte ia ser o ano de lançamento dos procedimentos que possibilitariam a realização do orçamento participativo para dois mil e dezasseis, possibilitando assim ao munícipes uma participação direta e interessada em parte da gestão dos dinheiros públicos disponíveis. -----

Em síntese, afirmou que o Partido Socialista manifestava o seu regozijo com as Opções do Plano e Orçamento para dois mil e quinze e reiterou o seu total e incondicional apoio ao Executivo municipal no seu todo, na pessoa do Senhor Presidente.-----

Por fim, comunicou que o Grupo Parlamentar do PS decidiu votar favoravelmente o ponto dois ponto três da ordem de trabalho, tecendo comentários políticos sobre as intervenções anteriores.-----

-----De seguida, solicitou a palavra o **Senhor Presidente da Freguesia de Monte e Queimadela**, para esclarecer que, no que dizia respeito às obras previstas na sua freguesia, era presidente da Junta apenas há meio ano.-----

----- Por fim, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que procedeu aos seguintes esclarecimentos:-----

- Relativamente à estrada de Queimadela e até porque a mesma permitia o acesso à Barragem, afirmou que era uma das preocupações do Município, existindo uma verba que se condicionou à recuperação de vias e uma das vias que estava pensada para sofrer uma intervenção.-----

- Quanto à loja do turismo, mencionou que se tratava de um projeto herdado e que, se tratava de uma candidatura europeia. -----

- Sobre o valor do investimento no Parque da Cidade mencionou que era o possível e não iam desperdiçar nenhuma possibilidade de se ter algum financiamento e poder fazer mais;-----

- Sobre o saneamento explicou que o mesmo não estava vertido no orçamento porque transitou para as Águas do Noroeste, estando as obras a decorrer;-----

- Quanto à questão do amianto, disse que parte das escolas estavam a ser desativadas, outras eram da responsabilidade do poder central tendo já sido

informado o Ministério da Educação das escolas que se encontravam nessa situação.;-----

- Sobre os programas sociais informou sobre o valor constante do orçamento para essa área.-----

- Sobre o facto de se fazer muita publicidade, explicou que era do entendimento que tudo aquilo que não se mostrava não existia e atendendo a que se encontravam num período de uma sociedade mediatizada era importante a divulgação;-----

- Relativamente à rubrica diversos, esclareceu que a principal fatia se destinava aos equipamentos municipais;-----

- Informou que a piscina e o pavilhão eram obras a candidatar, quanto às obras do Salão Nobre e na sua zona envolvente, iam procurar candidatar, no entanto caso não se conseguissem financiamento iam tentar executar com fundos próprios;-----

- Relativamente à Naturfafe, mencionou que era intenção resolver esse assunto de uma vez por todas sem confusões ou disputas político-partidárias;-----

- Sobre as transferências para as freguesias, explicou que considerava que era mais do que o habitual e que tinham tido um acréscimo substancial. Afirmou que iam ser assinados protocolos de execução com as Juntas nos quais estariam indicadas que obras iriam ser executadas;-----

- Terminou tecendo comentários sobre a Casa da Juventude, mencionando que era do entendimento que não era necessariamente obrigatório gastar dinheiro para a conseguir, informando que existiam muitas coisas que não estavam previstas mas que iriam ser efetuadas. Salientou que existiam várias iniciativas que se podiam fazer sem grandes investimentos, como a realização da festa de passagem do ano, que ia acontecer pela primeira vez em Fafe, na Feira Velha, e o Município não ia suportar qualquer custo.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado a votação, na generalidade, sendo **aprovado, por maioria, com sete abstenções**.-----

-----De seguida, foi colocado à votação, na especialidade, os seguintes pontos da proposta do Senhor Presidente:-----

-----1 – Autorizar a Câmara Municipal a celebrar e denunciar os contratos de delegação de competências e de acordos de execução, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 2º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sempre que, por

motivos de economia de recursos ou outros, tal se justifica; **Aprovado, por maioria, com seis abstenções.**-----

2 – Fixar, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) artigo 112º, n.º 1, alínea c), as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2015 (a liquidar em 2016) em 0,3% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, aplicando a taxa prevista na alínea a) do referido artigo para os prédios rústicos; **Aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

3 – Fixar, nos termos do art. 18º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, uma derrama para 2015 de 1,5% e fixar em 1% a taxa dessa derrama para as situações previstas no n.º 4 do art. 18º da referida lei (sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse 150.000 €). **Aprovado, por maioria, com sete abstenções.**-----

4 - Fixar, nos termos da alínea b), do artigo 106º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de Janeiro, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), em 0,25%, para o ano de 2015. **Aprovado, por maioria, com sete abstenções.**-----

5 – Fixar, nos termos do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, em 3%, a participação variável do Município no IRS a liquidar em 2016, sobre os rendimentos dos munícipes de 2015. **Aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

6.-----

6.1 – Dar autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal nos seguintes casos:-----

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das grandes opções do Plano;-----

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da contratação e o prazo de três anos.-----

6.2 Que na sequência do pedido de autorização prévia formulado referido no número anterior, seja igualmente autorizada a delegação no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais.-----

6.3 Que delibere ainda que a Câmara Municipal, com a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo Órgão

Deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta.-----

Aprovado, por unanimidade.-----

-----Por fim, foi colocado a votação global final do Plano e Orçamento para 2015. **Aprovado, por maioria, com sete abstenções.**-----

-----O deputado **José Augusto Pereira Rodrigues**, eleito pelo PSD, ditou para a ata a declaração de voto com o seguinte teor: “*Atendendo às explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara e com o compromisso que teria em atenção a requalificação da estrada para Queimadela, vou votar a favor*”.-----

--

Posteriormente, passou-se ao **ponto dois ponto quatro – Discussão e Votação do Mapa de Pessoal e respetivos anexos 2015.**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para apresentar o documento.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado a votação, sendo **aprovado, por maioria, com sete abstenções.**-----

-----De seguida, passou-se ao **ponto dois ponto cinco – Remessa da relação dos Compromissos plurianuais assumidos no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014.**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Mesa foi explicado que o presente ponto não suscitava de debate ou de votação.-----

-----Passou-se, então, de imediato para o **ponto dois ponto seis – Discussão e Votação de Concurso Público de Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública do Município de Fafe para o Biénio 2015/2016.**-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que a proposta vinha por força de lei à Assembleia Municipal por tratar-se de um concurso plurianual.-----

----- Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto sete – Discussão e Votação do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais.**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que o regulamento decorria da lei e que havia apenas um pequeno acerto relativamente à taxa de ocupação dos terrados da Feira dado que se tinha verificado que a mesma era um pouco excessiva e tendo-se reduzido em cinco cêntimos.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovada, por maioria, com sete abstenções .**-----

-----Seguidamente passou-se para o **ponto dois ponto oito – Discussão e Votação da Proposta de Aprovação de Contratos Inter Administrativos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesias no âmbito da Ação Social Escolar.**-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que começou por dizer que a proposta foi presente à Assembleia porque era competência da mesma. Informou que se procurou introduzir algumas alterações relacionadas com critérios de justiça e equidade. Explicou que tinha sido criado um valor mínimo que era transferido para todas as Juntas de Freguesias que tinham condições para prestar esse serviço à Autarquia e depois existia um valor que era variável e estava relacionado com o número de alunos e os quilómetros percorridos.-----

-----Solicitou a palavra **Manuel Fernando Marinho Alves**, eleito pelos IPF, para questionar se o valor que ia ser transferido para as freguesias tinha cabimento no orçamento da despesas de dois mil e quinze.-----

-----De seguida, foi dada a palavra a **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para alertar para um erro existentes na minuta do protocolo com a Freguesia de Armil, na sua página três.-----

-----Posteriormente, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Revelhe** que começou por dizer que os contratos previam uma transferência para as Juntas de Freguesias na ordem de 1,350 milhões de euros na área social da educação o que representava bem mais do que um por

cento. Prosseguiu dizendo que 910 mil euros eram efetivamente para o transporte, 375 mil euros para o prolongamento do horários e 65 mil euros para o serviço de apoio às refeições. Mencionou que os transportes que as juntas de freguesias faziam, na grande maioria, prestavam um excelente serviço, igual ou melhor de que alguns colégios de referência. Salientou que existiam encargos com as carrinhas, com os mini-autocarros, encargos com os vigilantes, motoristas, na formação, e que isso era uma marca do Executivo atual e dos executivos anteriores. Salientou o aumento do valor das transferências.-----

Realçou o valor que o Município despendia na área dos transportes escolares, salientando que investir na educação era investir no futuro, apoiar as famílias pelo que devia ser realçado e dar os parabéns ao vereador Pompeu Martins, ao Senhor Presidente da Câmara e restante executivo.-----

-----Não havendo mais intervenções foi colocado à votação, sendo **aprovada, por maioria, com uma abstenção**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto nove – Discussão e votação da Minuta de Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia – Manutenção dos Espaços Verdes e relação dos valores a afetar as respetivos acordos**.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por dizer que as Juntas de Freguesias que possuíam áreas de lazer e espaços verdes iam protocolar com o Município a manutenção dos mesmos. Informou que teria um custo de cerca de 20 mil euros a distribuir por cinco juntas de freguesia.-----

-----Solicitou a palavra **Manuel Fernando Marinho Alves**, eleito pelos IPF, para perguntar se esse valor estava cabimentado, porque entendia que algo não estava certo, uma vez que no âmbito desses acordos estavam a falar de dois milhões e duzentos mil euros, e o valor das transferências para as freguesias dois milhões e setecentos mil.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que no final da reunião, com a ajuda dos mapas que possuía explicaria.-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova** para salientar a importância da manutenção e preservação dos espaços verdes, mencionando que, quando se passava noutras terras e se parava num parque de merendas ou numa praia fluvial, a primeira coisa que ocorria era ver se o espaço estava limpo e aprazível, pelo que também, se

pretendia que assim fosse no concelho de Fafe. Nestes termos, felicitou a Câmara, todo o seu executivo, desde o seu Presidente à Senhora Vereadora da área e aos restantes ao protocolar com as Juntas de Freguesias a manutenção dos espaços verdes.-----

-----De seguida foi dada a palavra a **Manuel Fernando Marinho Alves**, eleito pelos IPF, que no seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Freguesia de Moreira de Rei e Varzeacova, afirmou que seria conveniente que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse os membros da Assembleia Municipal que esse assunto decorria da lei, tecendo alguns comentários.-----

-----Por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que explicou que havia zonas, atividades e funções que eram da competência da Câmara para a freguesia e outras que já eram da competência da freguesia e nessas não era possível, por limitação legal, assumir a Câmara essa responsabilidade. Afirmou que o protocolo visava a transferência de competências que eram do Município para as freguesias.-----

-----Não havendo mais intervenções foi colocada à votação, sendo **aprovado, por unanimidade**.-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto dez - Discussão e votação da Minuta de Acordo de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia – Limpeza das Vias e Espaços Públicos e relação dos valores a afetar aos respetivos acordos**.-----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que informou que o presente tema era muito parecido com o anterior uma vez que, também, se iam transferir responsabilidades do Município para serem executadas pelas Juntas de Freguesias. Mencionou que o presente ponto se referia às limpezas municipais, conversadas e acordadas com as respetivas Juntas e que correspondiam a uma transferência de cerca de 351 mil euros. Continuou dizendo que numa política de proximidade, as Freguesias executavam as coisas de uma forma mais eficiente, com mais qualidade.-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído** para dizer que aos longos dos anos se dizia que os Presidentes de Junta vinham para aqui e nada diziam, no entanto, na presente sessão falaram cinco Presidentes.-----

Sobre a proposta, saudou o Município pela abertura que tinha em transferir mais competências para as Juntas de Freguesias e dotá-las de meios financeiros correspondentes. Afirmou que quantas mais transferências houvessem para as Juntas de Freguesias mais responsabilidade haveria por parte das mesmas. Congratulou-se com essa medida, sendo esta uma primeira experiência onde, com certeza, haveriam arestas a limar. Por fim, deu os parabéns ao Município pela abertura, transferindo assim competências para as Juntas.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovada, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Por fim, passou-se para o **ponto dois ponto onze – Discussão e votação final dos seguintes regulamentos :** -----

- **dois ponto onze ponto um - Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo do Município de Fafe. Aprovado, por unanimidade.**-----

- **dois ponto onze ponto dois - Regulamento do Programa de Transportes Ambulatórios do Município de Fafe. Aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

- **dois ponto onze ponto três - Regulamento do Programa Municipal Ser Solidário.**-----

-----O **Presidente da Mesa** explicou que regulamento se mantinha em vigor e que na presente sessão existia uma proposta de alteração, na especialidade, apresentada pela CDU, tendo sido distribuídas cópias pelos grupos parlamentares.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para apresentar a proposta. Começou por dizer que a redação dos Regulamentos em geral deixou bastante a desejar. Entendia que os alunos que tivessem terminado o décimo segundo ano e que não tivessem concorrido ao ensino superior e, pelo que tinha ficado acordado com os outros colegas da Comissão de Análise dos Regulamentos, não podiam concorrer ao programa.-----

Mencionou que a proposta ia no sentido de que, quem terminou o 12^o ano e pretendia no ano seguinte concorrer ao ensino superior, pudesse concorrer no âmbito do Regulamento.-----

-----Foi dada a palavra a **José Manuel Gonçalves Domingues**, eleito pelos IPF, para dizer não tinha estado presente nas reuniões da Comissão de Análise

dos Regulamentos, no entanto o seu representante, aliás como cada uma das forças políticas tinha, não deu indicações sobre o assunto, pelo que não poderia contrariar o que foi decidido na Comissão.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação a proposta:-----

- alteração ao ponto cinco do artigo cinco, **rejeitada, por maioria, com um voto a favor.**-----
- alteração ao ponto dois quatro do artigo sétimo, **rejeitada, por maioria com um voto a favor.**-----
- dois ponto onze ponto quatro - Regulamento do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento. **Aprovado, por unanimidade.**-----
- dois ponto onze ponte cinco – Regulamento Programa Municipal de Emergência Social do Município de Fafe. **Aprovado, por unanimidade.**-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** colocou a votação a ata da sessão ordinária realizada em vinte e seis de setembro de dois mil e catorze, tendo sido **aprovada por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Foi ainda colocada a votação ata da continuação da sessão ordinária de vinte e seis de setembro de dois mil e catorze, na reunião realizada em vinte e nove de Setembro, **aprovada, por unanimidade.**-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, que dizer que o Presidente da Mesa lhe disse que ele poderia falar no final da discussão dos regulamentos, no entanto esqueceu-se de lhe dar a palavra.-----

-----O **Presidente da Mesa** disse que ficaria em ata o facto de se ter esquecido e que o Senhor Deputado também não lhe tinha lembrado.-----

-----Posteriormente, o Presidente da Mesa deu a palavra ao público.-----

-----Tomou a palavra o Senhor **Fernando Miranda** para fazer alguns comentários sobre o Plano e orçamento.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi dada a palavra à Segunda Secretária, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e trinta minutos do dia seis de dezembro de dois mil e catorze.- E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

